

DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO PSICOLÓGICO

Recebi este convite para contribuir com o tema “descolonização do pensamento psicológico” com muita alegria, ainda que com uma certa apreensão diante da responsabilidade em falar sobre algo tão profundo e denso.

O tema desta edição são as “Novas Práticas da Psicologia na atualidade” e as aspas no “novas” são muito propícias para a discussão que pretendo levantar neste ensaio. Isso porque ao mesmo tempo que é recente falarmos de descolonização na Psicologia (e em outras áreas do campo da saúde e das humanas também), este debate vem sendo trazido há muito tempo por povos originários, por ativistas e intelectuais não brancas, etc. Então como algo que já tinha um certo acúmulo político de discussão ainda não havia sido escutado pelos espaços hegemônicos de saber? Acredito que Foucault, teórico branco, nos dá uma preciosa pista para resposta desta pergunta: ele nos lembra que os discursos só podem ser enunciados desde certas condições de possibilidade históricas, políticas, sociais. A teórica não-branca Spivak também traz uma contribuição fundamental a esta discussão ao ressaltar

que a possibilidade da fala subalterna é entremeada pelos regimes seletivos de escuta, ou seja, mesmo falando, nem sempre há uma real escuta. Assim, o significativo aumento no ingresso de estudantes indígenas e negros nas universidades nas últimas décadas tem permitido que “novas” perguntas pudessem ser feitas neste ambiente e é como uma das estudantes desta geração que eu falo aqui.

Neste ponto do texto talvez alguns/as leitoras tenham estranhado eu ter descrito Foucault como teórico branco, qual a relevância disso? Talvez alguns de vocês estejam se perguntando agora. Este exercício que estou fazendo faz parte de uma prática que se propõe em processo contínuo de descolonização. Em outras palavras, estamos acostumados a expor ontologicamente corpos não hegemônicos, como se só tivesse raça quem é negro ou indígena, como se só tivesse gênero quem é mulher, identidade de gênero quem é trans, orientação sexual quem é LGB e por aí se segue. Com este exemplo quero retomar os termos colonização, colonialidade, descolonização, pós-colonial¹, decolonial², etc. À primeira vista, esta fartura de termos pode parecer desencorajadora, mas pretendo



mostrar que na verdade estes conceitos podem ser ferramentas de facilitação não só para o exercer da nossa profissão, mas como sujeitos anti-racistas.

Penso que desta lista que mencionei, o termo mais familiar seja o “colonização”, que escutamos nas aulas de História sobre o

período da invasão portuguesa. Novamente, atenção aos termos e às disputas políticas em torno deles. A América, Abya Yala, não foi simplesmente “descoberta”, ela foi invadida, saqueada, explorada e pelo menos na experiência escolar que tive, a colonização era narrada como um processo encerrado em um passado longínquo.

Acontece que a colonização não acabou, ela se atualizou, transformou-se no que contemporaneamente nomeamos como colonialidade, que dá um nome e um lugar às marcas da colonização em nosso povo hoje. A desigualdade econômica é uma dimensão que elucida diversos fatores da herança colonial. O pequeno percentual de pessoas ricas em nosso país é herdeiro direto do roubo das gerações escravagistas, que acumularam capital econômico e político às custas da exploração dos povos indígenas e negros. A maioria de nossa população, que é empobrecida e não branca, é herdeira de pessoas que foram escravizadas, exploradas e expropriadas de seu trabalho, de seus saberes, de suas vidas.

Este processo de expropriação colonial não termina na exploração da mão-de-obra humana, mas também diz de uma relação extrativista com as matas, com as terras, com as águas, com os demais animais que co-existem conosco. Um dos efeitos da colonialidade é o silenciamento dos nomes das violências que engendra, expondo (a seu modo) apenas os corpos precarizados

¹ Bem resumidamente, pós-colonialismo é um conjunto de teorias que problematiza os efeitos históricos, políticos, simbólicos do colonialismo, especialmente os ocorridos em África e Ásia.

² Também resumidamente, o decolonial busca analisar os mesmos efeitos mas atentando para as especificidades da colonização nas Américas.

e ditando, assim, os termos com que as narrativas da história são feitas. Desta forma, nossa sociedade ainda silencia estas questões e se recusa a reconhecer e a reparar os dados do racismo porque isso seria uma afronta à subjetividade branca, que prefere pensar que é simplesmente merecedora da herança colonial. Este apagamento compõe o etnocídio dos povos indígenas, muitos dos quais, juntamente com pessoas negras, vivem sem direito à própria história, pelo apagamento sanguíneo de seus ancestrais. Em vez de contribuir para o reconhecimento e reparação dessas violências, diversos ramos da Psicologia optamos historicamente por individualizar e culpabilizar o sujeito por toda sua precariedade, como se o passado-presente coletivo não tivesse nada a ver com tudo aquilo que se concebe como mérito, sucesso, fracasso, perigo, segurança, ameaça, saúde, doença. Se do ponto de vista da clínica, compreendemos que a escuta da trajetória de vida importa para melhor acolhermos o sofrimento psíquico, por que por vezes não estendemos esse cuidado à trajetória psicossocial sobre a qual nosso país se construiu? Nesse sentido, pensar colonialidade implica reconhecer que a colonização não incidiu apenas sobre o território geográfico, mas também sobre nosso território-corpo, em nossa forma de nos concebermos como sujeitos no mundo, em como nos relacionarmos conosco mesmos, com outros humanos e com todas as demais formas de existência. O teórico negro, psicanalista pós-colonial Fanon realizou um trabalho fundamental sobre a dimensão subjetiva da colonização. Fanon nos mostra que não se trata simplesmente de criar uma

mera fronteira entre o eu e o outro, mas de relações de poder hierárquicas que permitam a equação: o ocidente/branco europeu se dar o direito de selecionar aquilo do outro que quer chamar de seu e do qual gosta e de delegar ao outro aquilo de si que acredita desprezível. Como este autor nos aponta, a colonização diz respeito a um processo de edição arbitrária, de valores, de saberes, de vidas. Por ser uma edição, ela produz um empobrecimento simbólico não só daquele que vê como os demais como seu “outro” mas também de si mesmo. Tanto por isso que neste empobrecimento é muito frequente observamos que a violência e o extermínio sejam a única ou principal forma de lidar com as relações, algo que pode ser nitidamente observado no feminicídio e nos genocídios do povo negro e indígena.

Nestas edições coloniais, a ideia cristã do merecimento permeia a construção de legitimidade de uma série de violências estruturais em nosso país. Para conciliação narcísica com o processo colonial, a branquitude, a cisgeneridade e a heteronorma buscam criar uma narrativa de duplo merecimento: tanto o privilégio seria merecido por parte de alguns, quanto a violência seria merecida por parte de outros. Importante salientar que se trata, desta forma, de uma produção de verdade, que só é tida como tal porque a colonialidade é quem ditou suas regras. Um exemplo cotidiano: se concebemos que arte “boa e de verdade” é aquela com características do período clássico europeu, necessariamente o passinho do funk ficaria fora deste conceito. Então, na descolonização do pensamento, esta é uma

das perguntas fundamentais a nos fazermos: estou valorando como bom/bonito/legítimo determinado grupo com base em critérios que consideram apenas certa hegemonia? Porque se sim, há aí uma severa interdição da nossa escuta.

Retomando o tema deste ensaio, descolonizar o pensamento implica irmos além da divisão binária de mente e corpo, que teve e tem severos efeitos em nossas relações psicossociais. Historicamente, ao âmbito da “mente” são associados grupos de pessoas como o de homens cisgêneros³, pessoas brancas, pessoas com educação formal. Já à dimensão do corpo, são associadas: mulheres, pessoas não brancas, LGBT, não escolarizadas. O dito “trabalhar com a cabeça” e o “trabalho braçal” refletem de maneira profunda os efeitos dessa hierarquia racista e misógina. Em nosso país, sabemos que os chamamos trabalhos “braçais” estão dentre os mais precariamente remunerados e os que têm menor prestígio social, ao contrário dos trabalhos elitizados. Esta hierarquia muitas vezes é naturalizada com o argumento, já mencionado, do merecimento e do esforço pessoal. É urgente que nos posicionemos contra este tipo de narrativa, que perversamente ignora a herança colonial que nos permeia. A produção de saber na academia é apenas uma dentre muitas, portanto não deve haver causalidade entre inteligência e grau de instrução. Como psicólogas/os, devemos nos lembrar sempre

que quem melhor sabe de si é a própria pessoa, que os saberes indígenas, originários, saberes de mulheres, de pessoas LGBT devem ser respeitados e que a pretensão de dizer mais e melhor do que o outro o que ele próprio é, é um vício da colonização.

Uma das tarefas em que, a meu ver, podemos contribuir é justamente no amparo e acolhimento às dores produzidas pelas feridas coloniais. Que possamos auxiliar para que haja condições de possibilidade para nomearmos as violências, que é o primeiro passo para curá-las, repará-las. Não se posicionar já um posicionamento, então o convite que fazemos, como teóricas e ativistas decoloniais, é para que nos posicionemos desde uma responsabilização coletiva pela erradicação das desigualdades, inclusive daquelas que nos beneficiaram/beneficiam historicamente. A reparação histórica do racismo, da misoginia, da transfobia, do capacitismo é um exercício cotidiano que exige de nós uma revisão de tudo aquilo que aprendemos institucionalmente como certo, único, bom e justo no mundo. Esta revisão pode incluir desconforto, angústia, vergonha, como também orgulho, dignidade e pertencimento, compondo um horizonte de maior maturidade psicossocial em nossas formas de nos relacionarmos com tudo que nos rodeia.

Além disso, estas ferramentas conceituais, como a colonialidade, podem nos auxiliar

³ Cisgênero é a pessoa que não é trans. Eu por exemplo, sou cisgênera. Pessoas cis temos o privilégio ciscolonial nas narrativas hegemônicas do que é ser saudável, correto, verdadeiro e “natural” no que diz respeito ao gênero. Sermos pessoas cisgêneras faz com que tenhamos o privilégio de não sofrer transfobia, violência estrutural que atinge pessoas trans e que nos beneficia econômica, política e simbolicamente. Para uma discussão aprofundada sobre ciscolonialidade ver trabalho de Viviane Vergueiro.

a que tenhamos a mínima compreensão de que as violências que vivemos hoje não se inauguram em um governo específico (embora possam sim se acentuar em alguns), mas que vêm desde 1500 definindo que vidas importam.

Por fim, descolonizar o pensamento é também descolonizar os corpos, é lembrar que os processos de subjetivação se constroem de maneira coletiva e histórica e que portanto, em se tratando de feridas coletivas, as saídas para elas também devem buscar um horizonte de coletividade.

Como diz a teórica indígena Silvia Rivera: “há que superar o binarismo sem perder a alegria”. Com ela gostaria de frisar que descolonizar nossas ações políticas passa também por desconstruirmos a noção cristã de culpa, que por ser autocentrada e individual, em pouco ou nada acrescenta às lutas coletivas. Falando de culpa, lembro do que Nietzsche discute ao propor que nossas ações devam ir além do bem e do mal. Acredito que esta contribuição é bastante pertinente para afirmarmos que racismo, machismo, transfobia, capacitismo, gordofobia, e demais sistemas de opressão não devem ser

Geni Nuñez

Psicóloga, Mestra em Psicologia Social e doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Ativista no movimento indígena, feminista e LGBT.

referentes a uma moralidade, a pessoas boas ou ruins. Vê-los desta forma inviabiliza um real combate às violências e privilégios, que incidem sobre quaisquer pessoas que não são afetadas por determinado eixo de opressão, como ressalta a psicóloga, ativista e poeta lésbica Raíssa Grimm.

Encerro este ensaio agradecendo a oportunidade e convidando aos/às colegas psicólogos/as a se engajarem cada vez mais na transformação das desigualdades sociais em nosso país, recomendação que consta em



nossos códigos de ética, mas que muitas vezes temos dificuldade em efetivar devido às mais diferentes limitações, inclusive as de cunho teórico-políticas de nosso currículo. Tendo em vista esta limitação, na lista de referências citarei algumas/uns dos que, a meu ver, estão entre os principais teóricos/as deste debate. Que a descolonização de nossas práticas seja um processo contínuo, engajado e coletivo.

Referências:

- Anzaldúa, Gloria. (2005). La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciéncia. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), p. 704-719.
- Bagagli, Beatriz Pagliarini. (2017). Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras Escreve*, 7(1), p. 137-164.
- Curiel, Ochy. (2014). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Azkue, Irantzu Mendia; Luxán, Marta; Legarreta, Matxalen; Guzmán, Gloria; Zirion, Iker & Carballo, Jokin Azpiazu. (Ed.). *Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: UPV/EHU, 2014, p. 45-62.
- Espinosa Miñoso, Yuderky. (2004). La relación feminismo-lesbianismo en América Latina: una vinculación necesaria. , Buenos Aires, p.1-5.
- Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Freire, Ida Mara. (2014). Tecelãs da existência. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), p. 565-584.
- Gonzales, Lelia. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje (Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 out. 1980)*, p. 233-244.
- Grijalva, Dorotea Gómez. (2012). Mi cuerpo es um território político. In: Brecha Lésbica (Org.) *Voces descolonizadoras*, Caderno 1, p. 1-27.
- Grimm, Raissa Cabral (2016). A violência cisgênera e suas hierarquias. Disponível em: <https://transfeminismo.com/a-violencia-cisgenera-e-suas-hierarquias/>
- Grosfoguel, Ramón. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), p. 115-147.
- Lugones, Maria. (2015). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), p. 935-952.
- Minella, Luzinete Simões. (2013). Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, (40), p. 95-140.
- Potiguara, Eliane. 2012. Criador, a identidade e o guerreiro. Poema disponível na página: <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/04/eliane-potiguara-escritora-poeta-e.html>.
- Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.
- Said, Edward. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Simakawa, Viviane Vergueiro. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (Dissertação de Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Spivak, Gayatri (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- Plataformas online: Página no Facebook BiblioPreta, Link com listagem de mídias indígenas: <https://www.facebook.com/geni.nunezlonghini/posts/2270838409601813>